



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

CONTRATO Nº 015/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS E A EMPRESA **TUKABY MÓVEIS EIRELI - ME**, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O CENTRO DE SAÚDE DE MARIÁPOLIS (CNES Nº 2028441), EM REFERÊNCIA A PROPOSTA Nº 11933.040000/1170-08, PROVENIENTE DE EMENDA PARLAMENTAR, OBJETO DE TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Prefeito Bernardo Meneghetti, nº 800, Centro, Mariápolis/SP, neste ato representada pelo Prefeito Municipal VALDIR DANTAS DE FIGUEIREDO, portador da cédula de identidade nº 18.737.050-3 SSP/SP, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa **TUKABY MÓVEIS EIRELI - ME**, CNPJ (MF) nº 23.950.533/0001-30, com sede na Estrada Municipal Rural GPI 250 – Km 01, sala 01 Zona Rural, na cidade de Guapiaçu, Estado São Paulo, CEP: 15110-000, neste ato representada pelo Sr. João Lourenço dos Santos Junior, residente e domiciliado em Guapiaçu, Estado de São Paulo, na Rua Ana da Silva Dutra, nº 117, Jardim Antonieta, portador do RG nº 40.596.309-9 SSP/SP, CPF n. 327.499.858-38, doravante designada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente instrumento de contrato, em conformidade com o Pregão Presencial nº 015/2018 – Processo nº 048/2018, e por ele tem as partes entre si justos e acertados as condições e Cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Dos Documentos Integrantes deste Contrato

1.1. A aquisição do(s) bem(ns) licitados, obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o processo de Pregão Presencial e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

- Edital nº 023/2018 do Pregão Presencial nº 015/2018 com todos os seus Anexos;
- Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Objeto

2.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição, pelo CONTRATANTE, de equipamentos e materiais permanentes para o Centro de Saúde de Mariápolis (CNES nº 2028441), em referência a proposta nº 11933.040000/1170-08, proveniente de emenda parlamentar, objeto de transferência Fundo a Fundo, do Ministério da Saúde, fornecidos pela CONTRATADA, de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas no Edital e conforme proposta comercial da empresa datada de 11/01/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – Regime de execução

3.1. A contratação se dará na modalidade de pregão presencial, sob o regime de execução indireta, do tipo menor preço por item.

CLÁUSULA QUARTA – Da Responsabilidade do Gerenciamento

4.1. A CONTRATANTE gerenciará o presente contrato, bem como fiscalizará sua execução, nos termos do art. 67, da Lei Federal 8.666/93, ficando responsável pela fiscalização o (a)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

servidor Mauro Coletti, cargo: Agente de Saúde, de acordo com a Portaria nº 111, de 02 de Agosto de 2018.

CLÁUSULA QUINTA – Das Condições de Pagamento

5.1. O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal/fatura na Tesouraria Municipal, sito na Avenida Prefeito Bernardo Meneghetti, nº 800, com entrega devidamente atestada no verso, pelo responsável, juntamente com o controle de entrega dos produtos assinada pelo responsável do recebimento.

5.2- O Pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada ou na Secretaria de Fazenda.

5.3- Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá da sua apresentação.

5.4- Caso constatada alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as necessárias correções que serão de responsabilidade da licitante.

CLÁUSULA SEXTA – Do Valor

6.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$ 6.400,00** (seis mil, quatrocentos reais), pela aquisição do bem licitado, ficando pactuados os seguintes valores unitários:

Item	Qtde.	Un	Especificações mínimas	Marca	Valor Unitário	Valor Total
35	15	Unid.	Longarina; modelo cadeira, moldada em formato anatômico; com 03 lugares, encosto medindo (460x320)mm e assento medindo (460x400)mm aproximadamente; sem braços; assento e encosto em polipropileno copolímero, com furos ; na cor preta; estrutura em aço; acabamento em pintura eletrostática com tinta pó; na cor preta; com garantia de no mínimo 12 meses; fabricada de acordo com as normas NBR/ABNT vigentes.	JV GOLGHETO	230,00	3.450,00
36	1	Unid.	Mesa auxiliar para escritório; tampo em madeira mdp/mdf; revestido em ambas as faces em laminado melaminico de baixa pressão; na cor branca; acabamento das bordas em fita de pvc; formato retangular; medindo (1200x600)mm; com espessura mínima de 25mm; altura da mesa de 740mm; estrutura em aço tubular de seção oblonga; autoportante com cavaletes laterais; com eletrocalhas para passagem de fiação (eletr./telef./log.); com sapatas niveladoras; acabamento em pintura eletrostática com tinta pó; com gaveteiro duplo; painel central em madeira mdp/mdf, com	JV GOLGHETO	480,00	480,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

			revestimento e acabamento iguais aos do tampo; garantia mínima de 12 meses; fabricada conforme normas NBR/ABNT vigentes			
37	4	Unid.	Mesa auxiliar para escritório; tampo em madeira mdp/mdf; revestido em ambas as faces em laminado melaminico de baixa pressão; na cor branca; acabamento das bordas em fita de pvc; formato retangular; medindo (1200x600)mm; com espessura mínima de 25mm; altura da mesa de 740mm; estrutura em aço tubular de seção oblonga; autoportante com cavaletes laterais; com eletrocalhas para passagem de fiação (eletr./telef./log.); com sapatas niveladoras; acabamento em pintura eletrostática com tinta pó; com gaveteiro duplo; painel central em madeira mdp/mdf, com revestimento e acabamento iguais aos do tampo; com a presença de suporte para CPU, periféricos (teclado e mouse) e impressora, garantia mínima de 12 meses; fabricada conforme normas NBR/ABNT vigentes	JV GOLGHETO	520,00	2.080,00
40	1	Unid.	Mesa para impressora; com porta papel em aço; em madeira aglomerada; revestido em laminado melânico; na cor marfim ou branca; com tampo retangular de (50x40)cm; com espessura mínima de 25mm; com altura total de 70cm; com estrutura em aço; com espessura em chapa de no mínimo 1,5mm; em pintura epóxi na cor cinza; com prazo de garantia de no mínimo 12 meses; fabricado de acordo com as normas vigentes;	JV GOLGHETO	390,00	390,00

CLÁUSULA SÉTIMA – Do prazo de entrega

7.1. Obriga-se a CONTRATADA a efetuar a entrega do material em até **40 (quarenta) dias**, contados a partir da assinatura do contrato e/ou instrumento equivalente, no endereço: Praça Frei Dionísio Antônio Marinelli, nº 85 – Centro, nesta cidade de Mariápolis/SP.

7.2. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que o(s) bem(ns) não atenda(m) às especificações do objeto licitado e proposto, poderá o CONTRATANTE rejeitá-lo, obrigando-se a CONTRATADA a providenciar a substituição do bem não aceito no prazo de 05 (cinco) dias.

7.3. Não ocorrendo a substituição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, é facultado à CONTRANTE rescindir o contrato.

CLÁUSULA OITAVA – Da vigência do contrato

8.1. Vigência: O prazo de Vigência do Contrato será até **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir da sua assinatura, nele compreendidas a entrega dos materiais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

a) Validade das Propostas: Será de 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão de disputa.

b) A Administração poderá solicitar prorrogação do prazo de validade das propostas. Tanto a solicitação quanto a respectiva resposta deverão ser feitas por escrito. Não será admitida, entretanto, nenhuma outra alteração na proposta por ocasião da concordância de prorrogação de prazo.

CLÁUSULA NONA – Das Penalidades

9.1. O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

I - Advertência por escrito;

II - Multa por percentual de 2% (dois por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do objeto contratado; (Artigo 86 da Lei n.º 8666/93, atualizada pelas Leis n.ºs 8883/94 e 9032/95);

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitações municipais e, ainda, contratar com a municipalidade, por um período não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na forma do Inciso IV, Artigo 87 da Lei n.º 8666/93, atualizada pelas Leis n.ºs 8883/94 e 9032/95.

9.2. As penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV serão aplicadas mediante processo administrativo, pela autoridade competente responsável pela instauração e homologação do certame, garantindo-se o contraditório e ampla defesa ao interessado.

9.3. Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após a instauração de regular Processo Administrativo com o exercício da ampla defesa e o cumprimento do princípio constitucional do contraditório.

9.4. As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

9.5. As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

9.6. As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV).

9.7. Além das multas estabelecidas, a CONTRATANTE poderá recusar os bens, se sua prestação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto deste contrato e demais documentos que o compõem, e não for corrigida imediatamente.

9.8. A ocorrência ensejadora da recusa em aceitar os bens pela CONTRATADA pode constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital.

9.9. As sanções poderão ser relevadas nas hipóteses de não cumprimento das obrigações por motivo de caso fortuito e de força maior, devidamente justificados e comprovados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

CLÁUSULA DÉCIMA – Dos Casos de Rescisão

10.1. Pela inexecução total ou parcial da obrigação assumida por parte do licitante vencedor, a Administração Municipal, sem prejuízo das penalidades de que trata o item anterior, poderá rescindir unilateralmente o contrato firmado, nos termos dos Artigos 77 e seguintes da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – Das Alterações Contratuais

11.1. Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Do Aumento ou Diminuição do Objeto Contratual

12.1. No interesse da administração do órgão CONTRATANTE, os QUANTITATIVOS poderão ser aumentados ou suprimidos, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsão do art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666/93.

12.2. É possível supressão acima de 25% do valor inicial do contrato, por convenção entre as partes, nos termos do 65, §2º, II da Lei n.º 8.666/93.

12.3. Qualquer alteração que implique aumento ou supressão dos serviços observará as normas contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, especialmente, a previsão do § 6º do referido artigo que trata do equilíbrio econômico-financeiro inicial pela Administração quando esta alterar unilateralmente o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – Da Legislação Aplicável

13.1. O presente contrato é regido pela Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 11.520/01, Lei Complementar Federal n.º 101/00 e 123/2006 e alterações posteriores, e pelos Decretos citados no preâmbulo do Edital da licitação, referente ao objeto deste contrato, bem como, pelo Edital e seus anexos e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - Dos Casos Omissos

14.1. Os casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – Da dotação de despesa

15.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias:

Funcional programática	Categoria econômica	Ficha
10.301.0010.2017	4.4.90.52	89 90

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – Do Foro



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS


ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

16.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação.

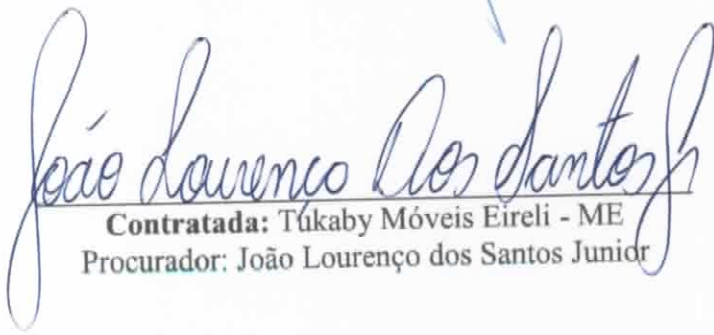
16.2. Fica eleito o foro da comarca de Adamantina/SP, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Mariápolis/SP, 18 de Janeiro de 2019.



Contratante: Prefeitura Municipal de Mariápolis
Prefeito: Valdir Dantas de Figueiredo



Contratada: Tukaby Móveis Eireli - ME
Procurador: João Lourenço dos Santos Junior

Gestor do contrato:

18/01/2019



Mauro Coletti

Testemunhas:

1. _____

Nome: 
RG: 46.187.482-9

2. _____

Nome: 
RG: 41.615.284-3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

CONTRATADO: TUKABY MÓVEIS EIRELI - ME

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 015/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O CENTRO DE SAÚDE DE MARIÁPOLIS (CNES Nº 2028441), EM REFERÊNCIA A PROPOSTA Nº 11933.040000/1170-08, PROVENIENTE DE EMENDA PARLAMENTAR, OBJETO DE TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: 18 DE JANEIRO DE 2019.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Mauro Coletti

Cargo: Agente de Saúde

CPF: 029.433.038-01

RG: 11.611.008 SSP/SP

Data de Nascimento: 14/02/1958

Endereço residencial completo: Chácara Dois Irmãos, Bairro Cotovelo, Mariápolis/SP, CEP: 17.810-000

E-mail institucional: mariapolissaude@gmail.com

E-mail pessoal: maurocolett@yahoo.com.br

Telefone(s): (18) 99797-3176

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Valdir Dantas de Figueiredo

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 069.832.888-40 RG: 18.737.050-3

Data de Nascimento: 08/01/1969

Endereço residencial completo: Rua Roberto Melchert, nº 577, Centro, Mariápolis/SP – CEP: 17.810-000

E-mail institucional: gabinete@mariapolis.sp.gov.br

E-mail pessoal: valdantasvd@yahoo.com.br

Telefone(s): residencial (18) 3586-1163; celular (18) 99707-8334

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: João Lourenço dos Santos Junior

Cargo: Procurador

CPF: 327.499.858-38 RG: 40.596.309-9 SSP/SP

Data de Nascimento: 09/03/1987

Endereço residencial completo: Rua Ana da Silva Dutra, nº 117, Jardim Antonieta, Guapiáçu/SP, CEP: 15110-000

E-mail institucional: tukabymoveis@gmail.com

E-mail pessoal: joaojunior_19@hotmail.com ou francisli26@hotmail.com

Telefone(s): (17) 3267-3881 ou 99170-3231

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

ANEXO LC-03 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

CNPJ Nº: 51.405.231/0001-16

CONTRATADA: TUKABY MÓVEIS EIRELI - ME

CNPJ Nº: 23.950.533/0001-30

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 015/2019

DATA DA ASSINATURA: 18/01/2019

VIGÊNCIA: 180 (CENTO E OITENTA) DIAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O CENTRO DE SAÚDE DE MARIÁPOLIS (CNES Nº 2028441), EM REFERÊNCIA A PROPOSTA Nº 11933.040000/1170-08, PROVENIENTE DE EMENDA PARLAMENTAR, OBJETO DE TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

VALOR (R\$): 6.400,00

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

Mariápolis, 18 de Janeiro de 2019.

Responsável

VALDIR DANTAS DE FIGUEIREDO

Prefeito